



## PARECER JURÍDICO

Nº  
076/2024

**PROCESSO ADMINISTRATIVO:** Nº 031/2024;

**MODALIDADE:** Dispensa sem licitação nº 014/2024;

**INTERESSADO(A):** Município de Cupira/PE – Prefeito: Sr. José Maria Leite de Macedo;

**ASSUNTO:** Solicitação de Parecer Jurídico para contratação direta nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;

**DO OBJETO:** Aquisição de 02 (duas) passagens aéreas, com destino a Brasília, com saída do aeroporto de Recife/PE, no dia 22/05/2024, e com volta para o dia 24/05/2024.

### I – DO RELATÓRIO

1. Trata-se de procedimento de gestão administrativa que visa aquisição de 02 (duas) passagens aéreas, com destino a Brasília, com saída do aeroporto de Recife/PE, no dia 22/05/2024, e com volta para o dia 24/05/2024, destinadas ao gabinete do prefeito, por meio de dispensa sem licitação, fundamentada no art. 75 da Lei nº. 14.133/2021.
2. A necessidade da referida aquisição, foi justificada no documento de formalização da demanda, elaborado pelo gabinete do prefeito.
3. Consta nos autos minuta do Aviso de Contratação Direta. Por fim, foram enviados os presentes autos para esta Assessoria Jurídica, a fim de se lavrar parecer jurídico conclusivo, na forma do art. 53 e do art. 72, III, da Lei nº. 14.133/2021.
4. É que merece ser relatado. OPINO.

### II – DA FUNDAMENTAÇÃO

1. Preliminarmente, convém observar que a Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, ao regulamentar o art. 37, XXI, da Constituição Federal, especifica algumas exceções em que a licitação é dispensada, dispensável ou inexigível. Com relação à licitação dispensável, as hipóteses estão previstas no art. 75 da Lei nº. 14.133/21. Nesses casos, a licitação é viável, tendo em vista a possibilidade de competição entre dois ou mais interessados. Todavia, o legislador elencou determinadas situações em que a



licitação pode ser afastada, a critério do administrador, para atender o interesse público de forma mais célere e eficiente.

2. Nos moldes previstos no artigo 75, II, da Lei nº. 14.133/21, com atualização de valores dada pelo **Decreto nº 11.871/2023**, a licitação será dispensável quando a aquisição envolva o emprego de recursos inferiores a **R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos)**, no caso de outros serviços e compras. Sabe-se que cabe ao administrador fazer a análise do caso concreto, com relação ao custo-benefício desse procedimento, levando-se em conta o princípio da eficiência e o interesse público que a contratação direta proporciona.

3. Contudo, ainda que se trate de contratação direta, faz-se necessária a formalização de um procedimento que culmine na seleção da proposta mais vantajosa. A Lei 14.133/21 (Licitações e Contratos Administrativos) traz um procedimento especial e simplificado para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

4. No caso em comento, busca-se aquisição de 02 (duas) passagens aéreas, com destino a Brasília, com saída do aeroporto de Recife/PE, no dia 22/05/2024, e com volta para o dia 24/05/2024, através do gabinete do prefeito, cuja justificativa encontra-se no Documento de Formalização da Demanda, elaborado pela servidora Viviane Maria Pinheiro Rocha – mat.30198.

5. O preço máximo total estimado para a aquisição, conforme extrai-se dos documentos que instrui o presente processo, apresenta-se inferior ao limite estabelecido no artigo 75, II, da Lei nº. 14.133/21. No caso em tela, o preço máximo admitido para a presente aquisição tomou por referência, orçamentos realizados com empresas do ramo. Assim, a pesquisa de preços foi efetivada na forma do art. 23 da Lei nº. 14.133/21, bem como, do decreto municipal de nº 007/2024, mostrando-se aparentemente satisfatória, para o objeto da contratação.

6. Deve-se ressaltar, que os autos contêm toda documentação necessária para o procedimento, inclusive a estimativa de despesa para o feito, nos termos do art. 72, II, da Lei nº. 14.133/21. Assim, em atenção ao comando legal que determina a verificação de existência de recursos financeiros previamente à realização da contratação, verifica-se, que tal documento, consta nos autos e que há previsão de crédito orçamentário para suportar tal despesa.

### III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, nos termos do art. 53, caput e §4º, da Lei nº 14.133/2021, esta Assessoria Jurídica, manifesta-se pela legalidade do processo de contratação direta, inclusive da minuta de Aviso, para aquisição de 02 (duas passagens aéreas, com



destino a São Paulo, com saída do aeroporto de Recife/PE, no dia 19/04/2024, e com volta para o dia 29/04/2024, por meio de dispensa sem licitação, fundamentada no art. 75, II, da Lei n.º. 14.133/2021, **opinando, assim, pelo regular prosseguimento do feito.**

**Salvo melhor juízo,**

**É O PARECER.**

Cupira/PE, 17 de maio de 2024.

  
Edinaldo Grigório dos Santos Filho  
Assessor Jurídico do Município  
OAB/PE 33.123